

EDUCAÇÃO NO VERMELHO

Estudantes e instituições vivem período de incertezas com constantes anúncios de reduções de vagas e de recursos

MARCELO DA FONSECA

Indefinições marcaram o primeiro semestre de 2015 no setor da educação. Desde o anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff (PT), em 1º de janeiro, de que seu segundo mandato seria marcado pelos investimentos no setor, os números oficiais do próprio governo passaram a demonstrar uma realidade bem diferente do discurso. O primeiro balde de água fria para estudantes e entidades do ensino superior veio em março, com o anúncio de corte no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que teve as vagas reduzidas para menos da metade em comparação com o ano passado. Em maio, poucos dias após anunciar o bloqueio de R\$ 9 bilhões no orçamento do Ministério da Educação (MEC), a pasta informou a redução de vagas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com apenas um terço das vagas ofertadas em 2014.

No final de semana foi a vez de as incertezas atingirem em cheio universidades federais de Minas Gerais. O aviso de que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do MEC, cortaria em até 75% as verbas deste ano dos programas de pós-graduação colocou em xeque projetos de pesquisa nas instituições mineiras. Depois de registrar crescimento nos repasses nos últimos 10 anos, os programas de pós-graduação nas federais podem sofrer um forte contingenciamento até o final do ano. O MEC, no entanto, garantiu que nenhuma bolsa de estudo será interrompida e, em sua página no Facebook, o ministro da educação, Renato Janine, explicou que os repasses para os cursos de pós-graduação serão mantidos e que os cortes para atender aos ajustes orçamentários serão feitos no custeio das faculdades.

Ontem, professores da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) paralisaram as atividades nos três câmpus da universidade – em Ouro Preto, Mariana e João Monlevade – e nos polos de educação à distância. Cerca de 900 docentes reivindicam reajuste salarial em contrapartida aos cortes na educação anunciados pelo governo federal. Nas próximas semanas a paralisação não vai prejudicar os alunos, uma vez que o primeiro semestre letivo acabou na semana passada. No entanto, a Associação dos Docentes da Ufop (Adufop) informou que a greve é por tempo indeterminado e que, se não houver negociação, pode afetar o início das aulas no segundo semestre.

“Os docentes da Ufop se incorporam ao movimento em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade; pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; pelas melhorias das condições de trabalho; pela reversão dos cortes na pasta da Educação que impactam diretamente no funcionamento das instituições de ensino”, diz trecho da nota divulgada pela Adufop.

MENOS VAGAS Em março, o governo decidiu mudar a concessão de recursos pelo Fies, programa que atende cerca de 2 milhões de alunos. Bandeira da gestão petista que teve uma explosão de gastos nos últimos anos, o programa passou neste ano a limitar a quantidade de financiamentos. O governo alterou também as regras, aumentando a nota mínima no Enem para conceder o empréstimo. O ministro Renato Janine anunciou no mês passado que avalia novas mudanças, reajustando os juros cobrados dos estudantes e reduzindo o prazo para que eles quitem o empréstimo.

Este ano, o número de estudantes com o financiamento estudantil será menos da metade do ano passado. Segundo o MEC, em 2014 foram 732 mil vagas em universidades por meio do Fies. Este ano, o número deve chegar a 313,5 mil, contando com as 61,5 mil anunciadas para o segundo semestre. A falta de vagas atinge também os cursos do Pronatec. Até dezembro as instituições que participam do programa ofertarão apenas um terço das vagas abertas no ano passado. Em 2014 foram assinados 291.338 novos contratos. Até o final do primeiro semestre o número de novos alunos incluídos no programa foi de 83.641.



PF apura fraude de R\$ 57 mi no Fundeb

São Paulo – A Polícia Federal deflagrou na manhã de ontem uma operação para desarticular uma organização criminosa acusada de desviar recursos públicos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

De acordo com a PF, a organização forjava licitações, em conluio com agentes públicos – incluindo prefeitos e secretários da Educação – e mediante o pagamento de propina, para desviar recursos federais do Fundeb. A PF estima em aproximadamente R\$ 57 milhões os prejuízos causados pela organização.

A polícia cumpriu 96 mandados de busca e apreensão e quatro mandados de prisão preventiva no Distrito Federal e nos estados da Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Ao todo, 450 policiais participam da Operação Águia de Haia. Na Bahia, as prisões ocorreram em Salvador e Guarajuba, localidade do município de Camaçari, na região metropolitana da capital baiana. Um dos mandados de busca e apreensão foi cumprido na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), em Salvador.

A investigação da polícia apontou que a organização começou os desvios em 2009 no estado de São Paulo, depois migrou para Minas Gerais e, em 2010, estabeleceu a base principal de atuação na Bahia. Ao todo, 20 municípios participaram desses desvios: 18 na Bahia, um em Minas Gerais e um em São Paulo. Os responsáveis pelas fraudes, segundo a polícia, serão indiciados por crimes licitatórios, corrupção ativa e passiva e formação de quadrilha, entre outros delitos.

O nome da operação faz referência ao apelido recebido pelo diplomata, jurista, político e escritor Ruy Barbosa durante a Segunda Conferência de Paz, em Haia, em 1907, quando ele se notabilizou pela defesa do princípio da igualdade dos estados. Baiano, Ruy Barbosa foi profundo estudioso da língua portuguesa e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.